

## CONFERÊNCIA

Década da EDS – Contributos da Comissão Nacional da UNESCO  
para a sua dinamização em Portugal

Presidente da mesa: Adriano Moreira



Não podíamos encontrar melhor autoridade para começar estes trabalhos do que o senhor embaixador, Presidente da Comissão Nacional de UNESCO, que aliás tem responsabilidade, em minha opinião, por uma das instituições mais importantes das Nações Unidas em Portugal; e, se me permitem, sublinho a importância que tem a intervenção da UNESCO.

A nossa definição de objetivos na Europa foi feita por Delors, no sentido de que devíamos criar uma sociedade da informação e do conhecimento. Esqueceu-se da sabedoria, que tem imensa importância do ponto de vista dos valores.

E, curiosamente, mais uma vez, quem procurou colmatar isto foi a UNESCO que desenvolveu o programa do Património Imaterial da Humanidade e, portanto, veio acrescentar e lembrar à Europa que não pode ser só informação e conhecimento. Precisa também da sabedoria.

Nós temos esse problema em todos os países europeus. Durante todo o século XX as faculdades de Filosofia, de Humanidades, foram consideradas as primeiras universidades. Hoje, não são assim consideradas nos planos de desenvolvimento. E temos de recuperar isso. E lembro-me sempre daquilo que disse Paulo VI, quando visitou as Nações Unidas, que o novo nome da paz chama-se desenvolvimento.

É essa a responsabilidade que a UNESCO assume, e daí a importância da sua função, da função da instituição que o senhor embaixador representa em Portugal e, sobretudo, da qualidade com que a tem desempenhado. Tem a palavra, senhor embaixador.

---

<sup>1</sup> Conselho Nacional de Educação



Fernando Andresen Guimarães<sup>1</sup>

É para mim um enorme prazer poder dar a conhecer de forma sintética o que tem sido feito pela Comissão Nacional da UNESCO em prol da dinamização da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), em Portugal.

Como é do conhecimento geral, as Nações Unidas declararam em 2002 o período 2005 a 2014 como a Década da EDS e atribuíram à UNESCO a responsabilidade de delinear o respetivo Programa de Ação, que depois seria adaptado para cada Estado membro, conforme as suas necessidades. Assim, foi atribuído às Comissões Nacionais da UNESCO o papel de dinamizadoras do referido Programa. Neste sentido, a Comissão Nacional da UNESCO reuniu um grupo de peritos e especialistas (dezanove peritos, cuja coordenação esteve a cargo da Prof<sup>a</sup> Luísa Schmidt, presente neste Encontro) que, de forma voluntária, definiram as coordenadas de um plano orientador para implementação da DEDS em Portugal. O documento, em forma de brochura, intitula-se *DEDS – contributos para a sua dinamização em Portugal* e foi tornado público em dezembro de 2006, encontrando-se disponível no *website* da CNU.

Esta brochura (sobre a qual me referirei adiante um pouco mais) tem na capa um símbolo que é bem interessante: o globo terrestre em forma de carrinho de bebé, onde se encontra a nascer uma planta, enfim, toda uma simbologia, mas que tem muito a ver com o que se pretende com a DEDS, e o modo como todos podemos colaborar neste programa, de forma a proteger o planeta Terra, a nossa vida nele e a das gerações vindouras.

Os objetivos principais da DEDS têm a ver com a integração dos valores do desenvolvimento sustentável nas suas diferentes formas, procurando consciencializar as pessoas, a sociedade, as escolas, as instituições, para a necessidade que o desenvolvimento tem de ser sustentável.

---

<sup>1</sup> Presidente da Comissão Nacional da UNESCO

Parece uma tautologia mas é uma novidade. Aqui há uns anos não se pensava assim, pensava-se que o *desenvolvimento* por si só resolveria todos os problemas. Por outro lado, havia outros que estavam preocupados com a questão que depois se chamou de *sustentabilidade*, e que estavam preocupados, portanto, com as questões ecológicas, com a manutenção do espírito que depois, para simplificar, imediatamente se chamou *verde* e que achavam que era possível seguirmos uma política ambiental extremamente estrita.

O *desenvolvimento sustentável* é o realismo no meio destas duas posições, ou seja, o desenvolvimento, a paz, como referiu o professor Adriano Moreira, citando o Papa Paulo VI, a paz é o outro nome para o desenvolvimento, mas o desenvolvimento tem de ser também um nome para a paz, ou seja, tem de ser feito de maneira que respeite os valores do futuro e respeite os valores que nós queremos deixar, os valores imateriais, mas também os valores materiais, respeitando a Terra que nós queremos deixar para as futuras gerações.

Como referi anteriormente, o papel fundamental que esta Comissão Nacional da UNESCO desempenhou no âmbito da DEDS foi criar um grupo de trabalho extremamente amplo, que incluía várias organizações da sociedade civil, *media*, empresas, académicos, claro, e sobretudo pessoas interessadas. Quer dizer, eles podiam ter essas designações ou essas ligações, mas sobretudo eram pessoas que estavam interessadas nesta matéria e que quiseram participar neste processo. Tiveram um trabalho exaustivo e às vezes complicado, que levou a discussões por vezes muito apaixonadas, mas este trabalho teve um excelente resultado e é um resultado que nos dignifica a todos, e devo dizer que tem sido visto e utilizado por muitas entidades (e, na altura da sua edição, foi consultado e objeto de comparação por várias instituições estrangeiras, que viriam a inspirar-se nele para os seus próprios planos de ação).

Neste trabalho, identificaram-se as áreas mais importantes, de grande efeito multiplicador, com a proposta de ações a dinamizar junto da sociedade e a sinalização de projetos concretos. Em termos práticos,

identificaram-se sobretudo duas áreas muito importantes para nós, que considero terem muito a ver com o que nós estamos hoje aqui a fazer: as escolas e as autarquias.

Estes dois tipos de entidades foram excelentes parceiros no desenvolvimento de múltiplas ações. Parceiros porque a nossa experiência na Comissão - deixem-me dizer, em particular, nesta área, mas também em muitas outras - tem sido a dinamização de vários projetos envolvendo as escolas, apesar do espartilho em que algumas vivem, como foi referido; é sempre contando com pessoas interessadas em colaborar nos projetos apresentados que é possível dinamizá-los. E quando esse grupo tem um mínimo de massa crítica, que faz com que seja possível realizar iniciativas, elas acontecem. Acontecem não, obviamente, contra o programa, não contra a organização, não contra a direção, mas nos interstícios do que os programas permitem. E têm sido, portanto, focos de grande entusiasmo e que funcionam muito bem.

Quanto às autarquias, em particular as de municípios mais pequenos, o processo é semelhante. E em colaboração com as escolas pertencentes ao município, estabelecem-se grandes parcerias, com excelentes provas dadas no seu funcionamento. Às vezes com poucos meios, mas com boa vontade, criam-se, por exemplo, importantes sinergias: a câmara empresta um autocarro para a deslocação dos alunos, a escola organiza uma exposição na câmara e a partir daí os dois parceiros percebem que há ali uma utilidade mútua e que se podem apoiar, embora em determinados casos possa não ser tão fácil este tipo de sinergias (repito, é diferente nos concelhos menos grandes, para não dizer pequenos, do que acontece, por exemplo, em concelhos maiores, onde existem outros problemas, outros obstáculos). Mas as câmaras mais pequenas e os agrupamentos de escolas, em áreas mais separadas, mais identificáveis, são de facto parceiros excelentes.

O documento refere igualmente a necessidade de envolver o setor privado e as organizações não-governamentais, isto é evidente, mas falemos também dos *media*. E os *media* têm sido nossos parceiros (são parceiros por vezes mais difíceis, um pouco mais complicados, como todos sabem, por

razões óbvias), mas dada a proliferação de diferentes meios de comunicação social, por vezes os seus conteúdos têm de ser um pouco mais ligeiros do que o que eram anteriormente.

Antigamente, o conteúdo era algo que durava um mês, as revistas clássicas do século XIX eram publicadas quinzenalmente, com grandes artigos (embora algumas ainda existam); hoje, tal não acontece: agora a notícia tem de durar três minutos, até à próxima, que vem logo a seguir. Portanto, não há muito tempo para aprofundar os temas. E também, naturalmente, há uma necessidade ou há uma vontade ou há uma apetência pela notícia chamativa e pelo título. E quando a notícia não é suficientemente chamativa, põe-se-lhe um título que o seja, e às vezes o título, em muitos casos, até não corresponde ao que está na notícia.

Portanto, é difícil quando estamos a falar de questões como desenvolvimento e sustentabilidade, que são programas a médio e longo prazo, é difícil interessar quem tem de dar uma notícia para aquele minuto e que morre, que se extingue no minuto seguinte. Nesse sentido, nós temos tido no conteúdo de vários programas uma preocupação muito grande em estar com os *media*, para partilhar com eles esta nossa experiência. Não para ter uma notícia, nesse dia ou no dia seguinte, mas para ajudar a dar um *background*, para ajudar a dar um fundo para o que eles possam eventualmente vir a dizer mais tarde.

A senhora presidente do CNE referiu há pouco a questão dos desastres que mais impressionaram a juventude e os adultos, nos últimos anos. Nós, por exemplo, organizámos há uns meses uma ação de formação para jornalistas, em Seia, intitulada “Informação em contexto”, com módulos sobre biodiversidade, alterações climáticas e sobre catástrofes naturais. Para os cerca de 18 jornalistas participantes na ação, o que obviamente era mais interessante, era a ligação entre os três temas, nas suas consequências nefastas para as pessoas. Estes jornalistas, convidados pela Comissão e pela RTP, participaram nesta ação de formação, que durou um dia inteiro (e devo acrescentar que tivemos de fechar as inscrições, porque havia muitos mais que queriam participar), e que contou com a colaboração de cientistas nas



áreas referidas, que salientaram que as catástrofes naturais não são, na maior parte dos casos, tão inesperadas quanto isso e que só são chamadas de catástrofes porque existem pessoas a viver onde esses fenómenos ocorrem. Por outro lado, em muitos casos, não existem medidas adequadas de prevenção; veja-se o caso dos incêndios no verão, nas florestas, em que todos temos de estar preparados e colaborar nestas situações, e tal não acontece, entre outros exemplos que poderia referir.

Não vou agora aqui repetir o conteúdo da ação de formação, mas para além dos incêndios, também podemos referir o caso das inundações. Os que são desta área veem todos os anos, ou quase todos os anos, estes fenómenos acontecerem, como por exemplo o caso impressionante das ondas que galgaram e inundaram um parque de campismo na Caparica. E, para se resolver o problema do parque, fez-se um investimento muito substancial, mas que obviamente só resolveu o problema temporariamente, e quem refere o parque de campismo, pode também mencionar a situação de bairros inteiros e zonas inteiras, que todos os anos são fustigados com inundações, exatamente porque não é dado o devido enfoque às causas dessa situação, mas apenas aos danos que a situação provoca, o que não leva a mudanças estruturais para alterar este paradigma.

Mas o foco de interesse para os *media* está mais nas “ondas a galgarem a costa, a passarem e a inundarem, e nos danos provocados pelas mesmas”, o que acaba por levar a pressões que levam a ações menos cruciais na resolução destas problemáticas.

Mas, voltemos às iniciativas da CNU (infelizmente, já cá não está o senhor Secretário de Estado, portanto posso levemente queixar-me de que não temos o orçamento que gostaríamos de ter, nem nunca teremos; antes pelo contrário, mas obviamente que todos sabemos o que é que isso é). Nós funcionamos, tal como a UNESCO em Paris funciona, não como um fomentador, não como um patrocinador, mas sim como um facilitador de programas. Portanto, procuramos ser parceiros, ser facilitadores, em projetos que correspondem aos objetivos da UNESCO e, neste caso concreto, aos objetivos da DEDS e, assim, procuramos apoiar e partilhar a

nossa experiência com quem nos contacta e com quem nos solicita esse mesmo apoio, colocando em contacto com outros potenciais parceiros, de forma a fomentar sinergias positivas, que permitam a concretização dos vários projetos de que vamos tendo conhecimento e muitos dos quais vamos trabalhando e acompanhando direta ou indiretamente.

Nós funcionamos, ou tentamos funcionar, como um pólo ou uma plataforma onde se podem trocar experiências. E isso, devo acrescentar, é o caso da própria UNESCO, em Paris.

A UNESCO, particularmente para os países europeus, para os países desenvolvidos, não dá bolsas. Quantas e quantas vezes ouvimos em certos programas, “mas a UNESCO é que vai pagar isso, patrocinar isso?” Não, a UNESCO quando muito pede para receber, mas não paga porque não tem. E o que tem é para distribuir pelos países que têm maiores dificuldades. Aí sim, há apoios, mas normalmente funciona mais como um *selo de qualidade*, como uma garantia de que as coisas estão a ser bem feitas, são pensadas, e o que se está a tentar fazer faz sentido. E, portanto, uma garantia, de maneira a que seja mais fácil receber outro tipo de apoios.

Os nossos parceiros fundamentais aqui em Portugal – e agora volto a falar especificamente do programa da DEDS (embora isto se aplique a todas as nossas áreas, pois como sabem, na UNESCO tratamos de educação, ciência, cultura e comunicação, mas neste caso estamos a falar especificamente da área da educação e da área da ciência) - têm sido: as escolas, as universidades, as câmaras, as várias organizações não-governamentais, centros de interpretação ambiental, agências, bibliotecas, geoparques, reservas da biosfera, empresas, etc.

Refiro aqui, também, a rede de escolas associadas da UNESCO (com cerca de seis dezenas, e que estão representadas na mostra de projeto no CNE) que funciona muitíssimo bem e, mais uma vez, na base de terem professores interessados e pró-ativos e que, portanto, dinamizam atividades no âmbito de uma EDS. E essas atividades tanto podem ser centradas em questões relacionadas com o património, ou direitos humanos, ou áreas do

ambiente, áreas da ciência, áreas do desenvolvimento sustentável, que é do que hoje estamos aqui a debater.

Temos, também, uma rede com cerca de vinte clubes e centros UNESCO e destaque, igualmente, a Rede de Reservas da Biosfera e a dos Geoparques, e não só, porque estas Reservas e estes Geoparques são extremamente importantes, dado que funcionam como laboratórios para uma EDS, como mais uma vez (e este é um dos pontos importantes ou valiosos da UNESCO) refiro a importância de se trabalhar em rede, porque, desta forma, conseguimos a partilha de experiências e, ainda, procuramos fomentar a ligação entre as várias redes.

Temos agora também um projeto singular, na área da Ciência, de que já demos conta à UNESCO, onde as escolas dos territórios dos Geoparques e das Reservas da Biosfera trabalham as várias vertentes da EDS e, sobretudo, o próprio conceito de Geoparque e de Reserva, através de ações como concursos escolares e exposições, tendo a UNESCO considerado um exemplo de boas práticas e que poderá ser replicado noutros Geoparques e Reservas da Biosfera da UNESCO. Assim, o nosso objetivo é fazer com que as escolas que estão inseridas nestes dois tipos de territórios tenham uma valência especial, focando-se nas questões mais relacionadas com o ambiente, o património natural, incluindo a geologia específica da região e a sua biodiversidade e, portanto, permitindo não só uma educação formal, mas também não formal e informal, sobre estas temáticas.

Mas também temos o exemplo das empresas com quem estabelecemos parcerias, como por exemplo, com a L'Oréal Portugal, a Bayer, a EDP, a CARRIS, e, ainda, com outros parceiros como a Tapada Nacional de Mafra, que tem sido um parceiro excelente, ou o Centro Internacional de Eco hidrologia Costeira da UNESCO, que é um dos centros de ponta em ciência, nomeadamente na área da Eco hidrologia, e que se encontra sedado no Algarve, mas também, por exemplo, o Centro de Excelência de Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Porto e o do Oeste, entre outros.

Todos os anos, como o senhor Secretário de Estado referiu, as Nações Unidas, ou melhor, a Assembleia Geral das Nações Unidas, decreta anos

internacionais para os anos seguintes. Quando eu assumi este cargo e quando me deram a lista dos anos comemorativos, pensei que parecia um livro de horas medieval, católico, porque todos os dias era um dia dedicado a algo em particular, mas para as Nações Unidas todos os anos, são anos, ou anos de décadas, simbólicas de diversas temáticas.

Mas como já tive oportunidade de referir noutras ocasiões, a UNESCO ou as Nações Unidas não tiveram a sapiência milenar da Igreja Católica, que arranjou um dia que é o Dia de Todos os Santos, ou seja, que é para tudo o que sobra, para os que não têm dia próprio. Nós devíamos ter um ano de todas as atividades...

Isto parece brincadeira, mas não é: por exemplo, em 2009, Roma (sede da FAO) estava cheia de anúncios referenciando o Ano Internacional da Batata. A batata é um produto importantíssimo, mas para nós é um pouco incompreensível...

Mas estes anos servem sobretudo para alertar e sensibilizar a sociedade em geral para uma determinada temática. Estas efemérides são um *cabide* onde nós penduramos *coisas* que na maior parte dos casos, até já existem ou existiriam, mas que se podem promover de uma outra forma.

Este ano, por exemplo, é o Ano Internacional das Florestas (2011), temos já uma série de projetos e estamos a dinamizar várias atividades. No entanto, a maior parte dessas atividades estariam já mais ou menos programadas ou iriam ser feitas independentemente de ser o Ano Internacional das Florestas, ou não, só que com este chapéu institucional das Nações Unidas e da própria UNESCO, podem ter outra visibilidade e despertar a curiosidade de vários quadrantes da sociedade.

Há pois vários exemplos, como o Ano do Planeta Terra, que na verdade foi o triénio de 2007-2009, o Ano Internacional da Biodiversidade (2010), o Ano das Florestas e da Química, que é este ano.

As escolas, em muitos casos, enquanto escolas pertencentes à Rede de Escolas Associadas da UNESCO e muitas outras com quem colaboramos,

nas parcerias estabelecidas com as autarquias, aproveitam os temas dos referidos anos para desenvolverem atividades específicas. E isso é muito importante. Essa flexibilidade que em algumas escolas existe, permite fazer coisas extraordinárias, por parte de alunos e professores e que nós todos já tivemos oportunidade de experienciar.

Saliento, aqui, a importância de levar os alunos para fora da sala de aula, de mostrar o campo aos alunos da cidade, por exemplo. É uma forma de valorizar o património local, mostrar o que eles estão habituados a ler apenas nos livros. É disso exemplo o mostrar aos alunos de uma escola dos Açores, o trevo de quatro folhas (que é endémico da Ilha Terceira), que eles conheciam e viam mas que não valorizavam. Ao sair da sala de aula, fora dos portões da escola e passando a aula para o ar livre e dando-se a explicação sobre a existência daquele trevo, passam a perceber a sua importância e até a razão de as pessoas de fora irem ao seu território, como turistas, para apreciar esse património assente na biodiversidade da região.

E isso, acho eu, é um dos grandes valores que têm todos estes projetos escolares que vão desde o estudo do património aos programas científicos, pois permitem abrir os olhos para os locais de valor que as pessoas têm na sua região e nos quais *tropeçam* todos os dias, seja na pedra em que dão um pontapé todos os dias, mas que depois de devidamente explicado, de repente percebem que essa pedra é valorizada por outros, que reconhecem o seu valor único e de excelência.

No Geoparque de Arouca, lembro-me de um funcionário (contínuo) na câmara dizer-me, “ah, mas estas “pedras”, eu em miúdo apanhava-as, e agora afinal as pessoas vêm de fora para as ver!”; nessa altura, tinha vindo um grupo de peritos estrangeiros (geólogos) que incluía chineses, canadianos, australianos, entre outras nacionalidades, para verem as tais “pedras”, as tais em que o funcionário “dava pontapés quando era miúdo”. Bom, e de repente há uma valorização do que se tem por perto e isso aumenta uma curiosidade. Esse senhor, já de uma certa idade, se calhar não iria aprender muito, mas os seus filhos, os seus netos vão aprender com certeza e o avô vai dizer ao neto “olha que estas pedras são importantes, eu

até vi cá uns senhores que vieram da China ver estas pedras”. Essas pedras são fósseis, são especiais, não são “apenas pedras”.

Como podem constatar, as atividades que a Comissão Nacional da UNESCO desenvolve e acompanha são de facto muito variadas, e poderia referir tantas outras, como por exemplo as atividades desenvolvidas na Tapada Nacional de Mafra, com a organização do intercâmbio de alunos entre regiões diferentes, como por exemplo alunos de Cascais e de Torres Vedras.

Ainda falando de projetos educativos envolvendo várias escolas do país, durante as celebrações do Ano Internacional do Planeta Terra, foram editados, com o apoio da Comissão Nacional da UNESCO, vários livros de contos para crianças, como por exemplo “Os Contos da Dona Terra” ou “Pé de vento na lixeira”, escritos por professoras e professores universitários, e que remetem para temas desenvolvidos nos currículos nacionais, nos seus vários graus de ensino.

Esses livros foram distribuídos em muitas escolas do país e fazem parte do Plano Nacional de Leitura. Devo chamar a atenção para as edições em Braille dos referidos livros (nós gostaríamos de poder continuar a editar sempre este tipo de livros com as respetivas versões em Braille).

Permitam-me que partilhe aqui como foi extremamente interessante ver a curiosidade dos alunos, a quem foram distribuídos os livros, (que, de resto, continham lindíssimas ilustrações a cores) sobre os livros, em versão em Braille, pois para eles era algo “misterioso” como é que os invisuais conseguiam ler, isto porque a maior parte nunca tinha visto um livro em Braille, e o abrir desse *horizonte* foi extremamente interessante e gratificante.

Outra atividade que poderia aqui referir foi a adaptação teatral dos referidos contos, em particular o Conto “Pé de Vento na Lixeira”. Este conto foi explorado numa peça infantil de grande qualidade pedagógica, numa parceria entre a Comissão Nacional da UNESCO e o Grupo AUCHAN. Os atores personificaram os vários elementos existentes nas

lixeiros e exigiam a “sua reciclagem”, pois gostariam de estar de novo à venda nas prateleiras dos supermercados, com outros formatos. As peças tinham por assistência os alunos, professores, encarregados de educação, pais, o que contribuía para falarem entre si da importância de reciclar, e sensibilizando-os para esta temática no seu dia-a-dia.

Termino a minha intervenção fazendo uma referência, no âmbito dos objetivos da DEDES, à interessante cerimónia de encerramento do Ano Internacional do Planeta Terra, que decorreu no Teatro Camões, Oceanário e no Pavilhão do Conhecimento, em novembro de 2009. Esta atividade contou com muitos parceiros (cerca de 25) que levaram expositores para o Pavilhão do Conhecimento, onde puderam expor as atividades dinamizadas em prol de uma EDS, e foi também dado destaque aos patrocinadores do Comité Português para o Ano Internacional do Planeta Terra, como por exemplo com os *stands* da Bayer Portugal, da CARRIS e da Empresa de Desenvolvimento Mineiro. Procuramos, deste modo, dar também relevo aos patrocinadores, porque também é preciso destacar a importância dos patrocínios concedidos, pois sem eles não teria sido possível dinamizar e realizar tantas iniciativas. A coisa é tão simples como isso. E temos de ter essa noção. Acho que às vezes temos demasiado pudor em relação a isso. Não pode ser. Se é uma atividade a que temos de corresponder, tem de ser no interesse de todos.

Saliento, também, uma missão que fizemos ao estrangeiro, nomeadamente a Cabo Verde, no âmbito do Ano Internacional do Planeta Terra. Fomos a Cabo Verde com um grupo de geólogos portugueses (membros do Comité Português Planeta Terra) e com uma equipa da SIC. Dessa missão, destaco o trabalho feito numa escola situada na Ilha do Fogo, mais concretamente uma escola primária que existe dentro da caldeira do vulcão. A nossa equipa, através dos patrocínios concedidos ao Comité, equipou a escola com diversos materiais didáticos, desde manuais, dicionários, material de escritório, globo terrestre, réplica de um esqueleto humano, exemplares dos *Contos da Dona Terra*, etc., e realizámos com os alunos (vestindo-os tal como os nossos investigadores, com batas e com o uso de óculos especiais) várias experiências, simulando várias erupções

vulcânicas e explicando, ao mesmo tempo, por que razão se dão as erupções, a sua importância, etc., ou seja, as experiências foram dirigidas por professores universitários que ensinaram, mostraram e partilharam o seu conhecimento científico com as crianças que vivem dentro do vulcão. Explicou-se-lhes o que era o vulcão e como é que o vulcão funciona. E foi verdadeiramente extraordinário ver o interesse, a curiosidade de todos os miúdos, que de forma disciplinada ficavam estarecidos com as referidas experiências.

E concluo com um episódio, que convosco aqui partilho, sobre um dos miúdos, um dos mais interessados, que depois de terminada a ação e de termos entrado de novo para a sala de aula, ficou à porta. E uma das nossas professoras universitárias perguntou, “mas porque é que tu não entras? “Porque eu já não estou na escola.” “Mas tu já não estás na escola?”. A razão apontada pela criança foi que o pai não estava, a mãe tinha de trabalhar, e como ele era o mais velho tinha de tomar conta dos irmãos, tinha de ser o dono da casa. E, portanto, já não podia estar na escola.

Os professores portugueses falaram com ele e arranjaram uma solução que permitiu a sua continuidade na escola. A título voluntário, por parte de alguns dos nossos professores, o aluno tem uma bolsa mensal e tem tido excelentes notas. É muito gratificante quando se consegue fazer este tipo de coisas, que têm resultados imediatos e que provocam uma mudança de atitudes e de comportamentos.

Obviamente, estamos a planear para os resultados mediatos, não imediatos, portanto a longo prazo, mas também dá gosto quando se consegue resolver um problema como naquele momento.

Muito obrigado.



Adriano Moreira<sup>1</sup>

Eu não quero deixar de o felicitar pela sua vinda aqui, e também porque isto interessa muito ao Conselho Nacional de Educação, porque muitas dessas atividades são circum-escolares, mas também nos obrigam a meditar sobre a redefinição dos programas. Portanto é um enriquecimento do que vamos aprendendo com a sua vinda aqui.

Mas eu gostaria de sugerir, imagino pelo programa que alguma parte do que lhes vou chamar à atenção vai ser abordado, e sobretudo a senhora professora Ana Maria Bettencourt com a sua responsabilidade não vai deixar escapar aspeto nenhum destas matérias, e que é o seguinte: Este movimento já atingiu instituições que vejo que em regra são omitidas. Em primeiro lugar o tal património comum da Humanidade. É a pregação da UNESCO. E há um programa para as academias, a Associação das Academias Europeias que, se bem me recordo, começou na Estónia, para o estudo da ética em todas essas instituições, que é fundamental para a crise de valores que estamos a atravessar, sobretudo no Ocidente. E portanto também é bom saber que isto, por influência da UNESCO está a ser desenvolvido.

Por outro lado, o problema que o senhor embaixador referiu da distância de conhecimentos entre as gerações, que as gerações mais velhas não acompanham isto. É uma satisfação para nós, no Conselho Nacional de Educação, que, por exemplo, na Universidade do Porto tenha sido inaugurado um curso para seniores, para evitar a distância entre as gerações. A Universidade Técnica de Lisboa começou este ano um curso para seniores para evitar o choque entre as gerações, algumas câmaras municipais têm as chamadas universidades populares. É o caso de Oeiras, que é um caso de grande qualidade de ação

Mas permita-nos sobretudo chamar à atenção para o esforço físico que isto exige, na época em que o Secretário-Geral da ONU tem esta devoção à

---

<sup>1</sup> *Ibidem*

transcendência que foi aqui indicada. Ele todas as semanas faz uma prece a um deus desconhecido para qualquer um dos problemas que nos afligem, e acredita. Porque ele acreditou que os estados lhe vão dar 15 biliões de euros... de dólares – a gente já começa a ser pouco respeitosa para o dólar, esquece-se do dólar – e que lhe vão dar esse dinheiro até 2015.

Bom, eu gostava de o informar que não vai receber esse dinheiro até 2015... E portanto os Objectivos do Milénio, que têm de ser integrados nestas questões do desenvolvimento sustentado, esses Objectivos do Milénio não vão ser alcançados. E nós temos de fazer um apelo ao civismo para ultrapassar um pouco isso, e contar com a intervenção destas instituições, porque o civismo pode superar um pouco este deficit que necessariamente vamos enfrentar numa época de tanta crise.

Há um elemento fundamental para ler a esta distância que é o plano anual do PNUD<sup>1</sup>. O relatório anual do PNUD é um elemento fundamental para quem quiser acompanhar a distância que vai entre as nossas ambições, sonhos e orações da ONU e a realidade que se vai desenvolvendo.

Por outro lado eu sou um propagandista gratuito da UNESCO. E até vi aqui o senhor embaixador ter um discurso diplomático, porque ele disse, “bom, já cá não está o senhor secretário de Estado, de maneira que eu vou dizer, não temos recursos suficientes.” Esqueceu-se que pediu apoio da imprensa, de maneira que o seu discurso é capaz de não ficar assim tão silencioso.

Mas eu queria insistir nisto. A UNESCO é das instituições mais prestantes das Nações Unidas. Não tem muitos recursos. E não resisto a lembrar uma cena a que eu assisti na UNESCO, já faz muitos anos, em que o Secretário-Geral, que era um homem do Senegal, disse que queria fazer uma reforma da informação porque todo o Sul pobre do mundo... Nesse tempo o Sul da Europa não pertencia à geografia da pobreza, agora já pertence. Todo o Sul do mundo estava dominado pela informação do Norte. Ele queria uma reforma.

---

<sup>1</sup> PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Bom, é claro que os Estados Unidos não estavam de acordo, e então houve uma assembleia-geral, e eu assisti à assembleia-geral. Eles mandaram-nos uma embaixadora vestida à moda de *E Tudo o Vento Levou...* Ela era lindíssima, tinha uma *capeline* que eu nunca mais esqueci, se me dão licença, e deu-nos esta mensagem; “os Estados Unidos não podem estar numa organização em que quem paga não manda e quem manda não paga.” E foram-se embora com um terço do orçamento!

Desta vez eu creio que será por dificuldades orçamentais que todos vão faltar com isso, porque isto é muito sério. A mensagem que acabam de ouvir é fundamental na época de crise que estamos a atravessar, em que a fronteira da pobreza atravessou o Mediterrâneo e este civismo que aqui nos é trazido e exemplificado é fundamental.

Eu queria mais uma vez felicitar a UNESCO e o senhor embaixador que a representa e a senhora presidente do CNE pelo trabalho que lhe ficamos a dever nesta área.

